



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1167
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

Processo n.º 9947/2012

Órgão de Origem: CIDADÃO

Assunto: Denúncia

Ementa: Denúncias oferecidas por cidadãos acerca de possíveis irregularidades na contratação de pessoal no PROCON/DF. Juntada de cópia da Representação nº 16/2012, do MPJTCDF, noticiando suposta irregularidade no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Fiscal de Defesa do Consumidor, Analista e Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, regido pelo Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON. Determinação para substituição de servidores. Decisão insatisfatoriamente cumprida. Por aperfeiçoamento da Decisão e redirecionamento ao Governador do DF. Diligência. Não cumprimento da diligência. Nomeações de candidatos. Sugestão de dispensa de cumprimento da diligência. Juntada de requerimento da Comissão dos Aprovados no 1º Concurso Público IDC-PROCON/DF. Decisão n.º 4218/13: determinação para substituição de comissionados por concursados; alertas ao PROCON/DF acerca do julgamento da ADIn nº 2012.00.2.016845-4 e da necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, dentro do prazo de validade do certame; recomendação à SEAP/DF para atualização de sua página eletrônica. Encaminhamento de documentação pela jurisdição em atendimento à referida decisão. Decisão n.º 2095/14: inspeção para verificar se os ocupantes de cargos em comissão do PROCON/DF exercem funções de direção, chefia ou assessoramento, com posterior deliberação acerca do cumprimento da Decisão n.º 4218/13. Decisão n.º 6.240/2014: determinação para retorno de alguns servidores às unidades nas quais deveriam estar desempenhando suas funções, bem como de substituição dos servidores comissionados ocupantes dos 66 cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 01/2011 – SEAP/PROCON (DODF de 09.08.2011) e encaminhamento ao Tribunal da documentação comprobatória das medidas adotadas. Cumprimento parcial de diligência. Decisão n.º 3.677/2015: nova inspeção com vistas à verificação do cumprimento do item III da Decisão n.º 6.240/2014. Recebimento de denúncia pela Ouvidoria do TCDF. Decisão n.º 392/2016: determinação de diligências ao IDC-PROCON/DF e à SEJUS/DF, para suspensão do prazo de validade do concurso público regulado pelo Edital n.º 1/2011 – SEAP/PROCON, dentre outras. Recebimento de reclamação pela Ouvidoria do TCDF. Análise das informações encaminhadas pela jurisdição. Decisão n.º 2645/2016: cumprimento parcial de diligência e reiteração quanto ao que não foi cumprido. Encaminhamento de documentos pela SEJUS e pelo IDC-PROCON. Decisão n.º 4939/2017: diligência para que o PROCON/DF faça gestões junto à GOVERNANÇA/DF, visando à substituição de servidores comissionados por efetivos. Juntada de expedientes oriundos do MPJTCDF. Não cumprimento da referida deliberação. Decisão n.º 76/2018: reiteração de diligência com alerta para a possibilidade de aplicação de sanção. Decisão n.º 1168/2018: prorrogação de prazo. Decisão n.º 5860/2018: diligência. Decisão n.º 1467/2019: reiteração de diligência, com alerta ao titular do PROCON/DF sobre a possibilidade de vir a sofrer a sanção prevista no art. 57, IV, da LC n.º 1/1994. Interposição de demandas de candidatos, com pedido de medida cautelar. Decisão n.º 1926/2019:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1168
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

indeferimento da cautelar pleiteada e audiência dos responsáveis pelo descumprimento das Decisões n.ºs 392/2016, 4939/2017, 76/2018 e 5860/2018.

- Cumprimento de diligência.
- Procedência das razões de justificativa apresentadas pela então titular do PROCON/DF.
- Juntada de requerimento de candidato: procedência.
- Improcedência das demandas de candidatos anteriormente apresentadas nos autos.
- Nova diligência.
- Inclusão dos autos em roteiro de auditoria.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de denúncias oferecidas por cidadãos sobre possíveis irregularidades na admissão de pessoal no PROCON/DF, bem como da Representação n.º 16/2012 – CF (cópia às fls. 11/12), consubstanciadas na preterição da nomeação de candidatos concursados em razão do exercício das atribuições pertinentes por servidores ocupantes de cargos em comissão. As denúncias reportam-se ao concurso público aberto pelo Edital n.º 1/2011–SEAP/PROCON, publicado no DODF de 9.8.2011.

2. Com efeito, as denúncias e a Representação examinadas foram consideradas procedentes (Decisão n.º 4218/2013), sendo que, após realização de inspeção no PROCON/DF, foram identificados desvios funcionais, bem como que servidores comissionados continuavam no exercício de funções que não eram de direção, chefia ou assessoramento, em dissonância com a legislação de regência.

3. Traremos à tona as últimas decisões plenárias tomadas no presente processo, a começar pela de n.º 5860/2018 (fl. 951), quando o Tribunal deliberou por:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1169
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

I – tomar conhecimento dos Ofícios SEI/GDF de n.ºs 1595/2018-SEPLAG/GAB e anexos (fls. 895/904) e 30/2018PROCON/DF/GABINETE/ASJUR (fls. 905 e 905- v), considerando parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão n.º 4939/17, reiterada pela de n.º 76/18; II – considerar cessado, em 23.3.2018, o efeito do subitem “II-c” da Decisão n.º 392/16, referente à suspensão do prazo de validade do concurso público inaugurado pelo Edital n.º 1/2011-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 9.8.2011; **III – esclarecer ao PROCON/DF que o prazo de validade do concurso público aberto pelo Edital n.º 01/2011 ficou suspenso de 19.12.2014 a 23.3.2018**, data informada pelo instituto como tendo sido a última nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas fixado naquele normativo; **IV – determinar ao PROCON/DF que ultime as providências necessárias à imediata substituição dos servidores comissionados remanescentes, ocupantes de 21 cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, cujas atribuições não são de direção, chefia ou assessoramento, conforme determinam a CRFB e a LODF, promovendo tantas nomeações quantas forem necessárias mediante o aproveitamento dos candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON, disso dando ciência ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias**; V – informar aos signatários dos expedientes de fls. 911 e 937 que as cópias requeridas poderão ser obtidas diretamente na Sala de Atendimento ao Público, a teor do art. 3º da Portaria n.º 128/2012; VI – autorizar: a) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator ao titular do PROCON/DF; b) o retorno do feito à SEFIPE. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.” (sem grifos no original)

4. Constan das fls. 958 e 959 expedientes de cidadãos dirigidos à Ouvidoria deste Colendo Tribunal, por meio dos quais indagam se houve o efetivo cumprimento das deliberações plenárias pelo PROCON/DF e se o prazo de validade do certame em foco permanecerá suspenso enquanto a autarquia não as cumprir e não nomear os aprovados no certame. Indagam, ainda, se é necessária a nomeação dos aprovados no certame, dentro das vagas previstas em edital, para o cargo de Analista de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Arquivologia.

5. Diante da ausência de manifestação da jurisdicionada, a Corte de Contas, por meio da Decisão n.º 1467/2019 (fl. 973), decidiu:

I – ter por não cumprido o item IV da Decisão n.º 5860/18 (fl. 951); II – tomar conhecimento dos expedientes eletrônicos encaminhados por



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1170
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

cidadãos (fl. 958 e fl. 959), ressaltando-se que estes ainda pendem de análise de mérito; III – **reiterar, em caráter excepcional, ao Instituto de Defesa do Consumidor – Procon/DF para que, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, confira o efetivo cumprimento à diligência contida no item IV da Decisão nº 5860/18, a saber: “determinar ao Procon/DF que ultime as providências necessárias à imediata substituição dos servidores comissionados remanescentes, ocupantes dos 21 cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, cujas atribuições não são de direção, chefia ou assessoramento, conforme determinam a CRFB e a LODF, promovendo tantas nomeações quantas forem necessárias mediante o aproveitamento dos candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 01/2011 – Seap/Procon, disso dando ciência ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias”**; IV – alertar o titular do Instituto de Defesa do Consumidor – Procon/DF para a possibilidade de aplicação de sanção, a teor do art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94 – LO/TCDF, c/c o §3º do art. 272 do Regimento Interno desta Corte – RI/TCDF, em caso de descumprimento injustificado da diligência constante do inciso anterior, ultimando-o, nos exatos termos da lei; V – dar ciência desta decisão aos cidadãos mencionados no inciso II, bem como ao próprio Instituto de Defesa do Consumidor – Procon/DF; VI – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para a adoção das providências subseqüentes. (sem grifos no original)

6. Foram acostados aos autos os documentos que integram as fls. 977/987, de autoria, respectivamente, da Comissão dos Aprovados e de cidadão interessado. O pleito é comum a ambos: noticiaram que o não atendimento da Decisão n.º 5860/2018, reiterada pela de n.º 1467/2019, tornaria inócua a determinação do TCDF para a devida substituição dos 21 servidores comissionados por aprovados no concurso aberto pelo Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON, tendo em vista que o prazo de validade deste certame se encerraria no dia 6.6.2019, segundo informações prestadas pela autarquia a um dos requerentes.

7. A demanda inserta nas fls. 977/979, a par de considerar o tempo exíguo para ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a proximidade do término do prazo de validade do certame, visa a que o Tribunal expeça comunicado à SEPLAG/DF e ao PROCON/DF no sentido de que o concurso estaria suspenso até o integral cumprimento da Decisão n.º 1467/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1171
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

8. Vale ressaltar que o segundo documento, inserido nas fls. 980/987, contém pedido de deferimento de medida cautelar que suspenda o prazo de validade do certame em voga.

9. Na sequência, o Tribunal proferiu a Decisão n.º 1926/2019 (fl. 1011), ocasião em que deliberou por:

1) de acordo com o voto do Relator: I – tomar conhecimento dos requerimentos de que tratam os e-docs EF72019F e CD7169A5 (fls. 977/987); II – **indeferir o pedido cautelar contido no e-doc EF72019F (fls. 980/987)**; III – dar ciência desta decisão aos cidadãos ora interessados, signatários das demandas de que tratam o item 1, bem como ao Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/DF; IV – retornar o feito à SEFIPE, para os devidos fins; 2) acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que tem por fundamento a sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF, **determinar, com espeque no inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, a audiência dos responsáveis pelo não atendimento das Decisões nºs 392/2016, 4.939/2017, 76/2018 e 5.860/2018, ante a possibilidade do Tribunal aplicar-lhes multa** (sem grifos no original).

10. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal encaminhou à Corte o expediente de fl. 1021 em que requer ao Tribunal a juntada da documentação a ele anexa, elaborada pela então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF (fls. 1022/1023), dando conta de que não houve preterição ou qualquer irregularidade na nomeação dos candidatos aprovados no concurso público a que se refere o Edital n.º 01/2011/SEAP/PROCON.

11. Em atendimento ao item 2 da Decisão n.º 1926/2019, a então titular do PROCON/DF apresentou sua defesa à Corte de Contas (fls. 1024/1147), sustentando não ter descumprido as decisões plenárias.

12. Também foi acostado aos autos o requerimento de fls. 1148/1164, por meio do qual o candidato Adão Custódio Torres, que concorreu a um das 10 vagas para Técnico de Contabilidade, dentre aquelas destinadas às pessoas com deficiência, alega preterição na sua nomeação. Por essa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1172
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

razão, pleiteia a intervenção do TCDF para determinar ao PROCON/DF que lhe reserve uma vaga ou que proceda à sua nomeação no cargo.

13. Feito o histórico processual, passaremos, inicialmente, à análise do cumprimento das diversas diligências determinadas nos autos, bem como da defesa da então Diretora-Geral do PROCON/DF, para, na sequência, passarmos à análise das demandas inseridas no feito.

14. Importa destacar que o PROCON/DF já havia nomeado os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto em edital, implementando, assim, uma das condições fixadas pelo Tribunal para que o prazo de validade do concurso voltasse a transcorrer, eis que ficou suspenso de 19.12.2014 a 23.3.2018, vindo a findar em 6.6.2019.

15. Conforme destacado em anterior instrução vista às fls. 912/926, a Lei n.º 6135/2018¹ permitiu a nomeação de 50 Técnicos de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Agente Administrativo, no exercício de 2018. À ocasião, ressaltamos que a implementação dessa medida demandava novas fases, como previsão na Lei Orçamentária Anual e critérios de conveniência e oportunidade, condicionada à disponibilidade financeira. Ao final, sugerimos que o Tribunal determinasse ao PROCON/DF que avaliasse a possibilidade de abertura de novo concurso público e promovesse tantas nomeações quantas fossem necessárias para efetiva substituição dos 21 cargos comissionados de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento (aproveitando os candidatos aprovados no concurso então vigente ou aqueles que viessem a ser aprovados em eventual novo certame). Sugerimos, ainda, o arquivamento dos autos.

16. O Tribunal não encampou nossa sugestão de arquivamento dos autos e ordenou diligência ao PROCON/DF (Decisão n.º 5860/2018). Na

¹ Altera a Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1173
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

assentada plenária de 2.5.2019, considerando a nova administração do Governo local, bem como do PROCON/DF, esta Corte reiterou à autarquia que procedesse à imediata substituição dos 21 servidores comissionados remanescentes, desviados de função, por candidatos aprovados no concurso aberto pelo Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON (Decisão n.º 1467/2019).

17. Em 7.5.2019, a Decisão n.º 1467/2019 chegou ao conhecimento da nova diretoria do PROCON/DF (fl. 974), que se quedou silente. Por meio da Decisão n.º 1926/2019, foi determinada a audiência dos responsáveis pelo reiterado descumprimento das deliberações plenárias.

18. Nesse ponto, cumpre observar que não consta dos autos qualquer resposta do PROCON/DF com vistas ao cumprimento das deliberações plenárias. Lado outro, deu entrada na Corte documento da PGDF (fl. 1021), acompanhado de expediente da então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF-SEFP/DF, produzido pela Diretoria de Concursos Públicos, contendo o Despacho SEI-GDF SEFP/SUGEP/ COGED/DICON, elaborado em atendimento à Decisão n.º 1926/2019 (fls. 1022/1023).

Da manifestação da então SEFP/DF acerca da derradeira deliberação do Tribunal (Decisão n.º 1926/2019)

19. A Secretaria trouxe à tona, relativamente ao concurso público para diversos cargos da Carreira de Atividades de Defesa do Consumidor, demonstrativos contendo o quantitativo de: a) vagas previstas em edital; b) aprovados em cada cargo e especialidade, tanto pela ampla concorrência como pela condição de Pessoa com Deficiência; c) nomeações efetuadas para os cargos de Analista e Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, e de Fiscal de Defesa do Consumidor; d) nomeações tornadas sem efeito; f) efetivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1174
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

(nomeações efetuadas menos as tornadas sem efeito); g) quantitativo disponível.

20. A Secretaria aduz que *foram nomeados, em todos os cargos/especialidade pelo menos o número de vagas previstas em edital, porém, considerando as nomeações tornadas sem efeito, a quantidade de nomeações efetivas foi menor do que o número de vagas previstas em edital.* Assim destaca que quase metade dos candidatos nomeados não tomou posse (cerca de 47% deles).

21. Segundo aquela Pasta, *tal observação é relevante, e quando associada aos momentos em que a ausência de disponibilidade orçamentária ou de restrições relacionadas ao limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF dificultaram a nomeação para a carreira em comento, nos permite compreender a dificuldade que a Administração Pública teve em prover os cargos da carreira de Atividades de Defesa do Consumidor.*

22. A SEFP/DF fez ainda diversas considerações acerca do tema, sumarizadas a seguir:

- ✓ o Processo SEI n.º 00015-00013928/2018-13 foi autuado com a finalidade de atender às determinações do TCDF, tendo sido objeto de análise pela Diretoria de Concursos Públicos por meio de quatro despachos;
- ✓ no último despacho, propugnou-se pela nomeação de 21 candidatos aprovados para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Agente Administrativo e pela urgente tramitação do feito;
- ✓ o Comitê de Políticas de Pessoal-CPP/Governança/DF deliberou pelo adiamento da demanda, considerando a proximidade do encerramento da gestão então em andamento, de forma que o pleito deveria ser analisado pela novel administração;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1175
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

- ✓ na sequência, houve a nomeação de 10 Técnicos de Atividades de Defesa do Consumidor, sendo 7 Agentes Administrativos e 3 Técnicos em Contabilidade, de forma que foram contemplados os aprovados dentro do número de vagas fixados no edital do certame;
- ✓ as nomeações ora comentadas foram as últimas realizadas antes do término da vigência do concurso em pauta;
- ✓ embora houvesse a necessidade de a Administração tornar sem efeito 69 nomeações de candidatos que não tomaram posse e nomear igual quantidade de aprovados no certame, o CPP/Governança/DF autorizou a nomeação de apenas 34 candidatos;
- ✓ todas as nomeações foram realizadas em obediência à ordem de classificação, não havendo que se falar em preterição de nomeação de candidatos aprovados no certame.

23. Ao final, a SEFP/DF concluiu que, *mesmo num cenário em que houveram momentos de ausência de disponibilidade orçamentária ou de restrições relacionadas ao limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, além de um alto percentual de candidatos nomeados que não tomaram posse, **a Administração Pública envidou esforços no sentido de prover os cargos da carreira de atividades de defesa do consumidor** pelo menos no quantitativo previsto em edital, e **principalmente no sentido de cumprir as decisões do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal**, relacionados à substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerciam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/2011-SEAP/PROCON, de 09 de agosto de 2011, publicado no DODF nº 154, de 09 de agosto de 2011.*

24. A nosso ver, a SEFP/DF, a quem compete a adoção das providências necessárias à nomeação de servidores do PROCON/DF, fez um coerente relato da situação do provimento dos claros daquela autarquia, sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1176
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

olvidar da necessidade de substituição dos comissionados após a posse e exercício dos aprovados no certame em voga.

25. Ressaltamos, uma vez mais, que houve a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas disponibilizado no Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON. Embora o PROCON/DF tenha solicitado, em momento anterior, a nomeação de 69 candidatos aprovados no concurso, o CPP/Governança/DF autorizou a nomeação de apenas 34 candidatos, em face da situação orçamentário-financeira do DF naquele momento. Essas nomeações destinaram-se a substituir parte das nomeações tornadas sem efeito, já que o órgão não logrou êxito na integralidade de seu pleito.

26. A SEFP/DF esclareceu que, posteriormente, apesar de ter solicitado a nomeação de mais 21 aprovados no concurso público, somente 10 delas foram autorizadas pelo CPP/Governança/DF, conforme disposto na Lei DF n.º 6.216/2018.

27. No nosso entender, a SEFP/DF adotou as medidas pertinentes para atendimento das decisões do TCDF, relativas à nomeação dos concursados. No entanto, não consta dos autos informação acerca da exoneração dos 21 servidores comissionados que se encontravam exercendo funções que não eram típicas de direção, chefia ou assessoramento.

28. No momento atual, temos um certame com prazo de validade esgotado. Apesar de constar dos autos pleitos de candidatos para suspensão, mais uma vez, do prazo de validade do certame, inclusive com pedido de deferimento de medida cautelar, o Tribunal a denegou.

29. Em consulta ao Portal da Transparência, que traz o quantitativo, por carreira, dos cargos de provimento efetivo, ocupados e vagos, em relação ao limite máximo previsto em legislação, verificamos a existência de 117 cargos vagos na Carreira Atividades de Defesa do Consumidor. São as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1177
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

seguintes as informações disponibilizadas no *site*, relativas ao mês de setembro de 2019²:

	Cargos vagos	Cargos ocupados
Fiscal de Defesa do Consumidor	30	30
Analista de Atividades de Defesa do Consumidor	53	27
Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor	34	26

30. Da análise dos dados publicados, constatamos que, em relação aos três cargos integrantes da Carreira Atividades de Defesa do Consumidor, há mais cargos vagos que ocupados.

31. Dessa forma, cremos que o Tribunal possa considerar cumpridas as diligências determinadas ao PROCON/DF, respondidas por intermédio da PGDF e da SEFP/DF, relativas à nomeação dos aprovados no concurso público de 2011, sem prejuízo de determinar ao órgão que avalie, segundo critérios de conveniência e oportunidade, a possibilidade de imediata abertura de concurso público para provimento de cargos efetivos de seu quadro de pessoal, regularizando os desvios de função em que vêm incorrendo os servidores comissionados.

32. Ademais, pugnamos pela inclusão do feito em futura fiscalização a ser realizada pela SEFIPE naquela autarquia para fins de verificação do efetivo cumprimento da medida sugerida no parágrafo precedente, bem como da efetiva substituição dos servidores comissionados desviados de função por servidores efetivos.

² <http://www.transparencia.df.gov.br/#/servidores/cargo-efetivo>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1178
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

Dos esclarecimentos prestados pela então titular do PROCON/DF

33. A defendente ressalta que esteve à frente do PROCON/DF no período compreendido entre 20.5.2016 e 31.12.2018, tendo autuado processo para atender às decisões do TCDF que determinaram a substituição dos comissionados por candidatos aprovados no concurso (Processo SEI n.º 00015-00013031/2017-17), sobre as quais prestou esclarecimentos individualizados, a saber:

Decisão n.º 392/2016: alega ter sido nomeada para o cargo do PROCON/DF mais de 90 dias após a publicação da Decisão e que, à época, toda a Administração do DF estava impossibilitada de efetuar contratações, em face das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, tão logo as restrições foram suspensas, as nomeações de servidores efetivos começaram a ser efetuadas, de forma que a Decisão n.º 392/2016 restou cumprida, no tempo adequado para não contrariar a LRF.

Decisão n.º 4939/2017: ainda antes da publicação da decisão, foi autuado o Processo n.º 0015-000129/2017 para nomeação de 29 aprovados para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Agente Administrativo, para substituição dos 29 cargos de Assessor Técnico. Um fato dificultador foi a impossibilidade de imediata exoneração dos comissionados sem vínculo com o PROCON/DF, antes da entrada em exercício dos concursados, pois a autarquia contava, na época, com apenas 40 atendentes, dos quais 24 não efetivos, que prestavam serviço em 12 postos de atendimento. Ainda assim, a defendente ressalta o cumprimento da decisão do TCDF com a nomeação dos efetivos.

Decisão n.º 78/2018: antes mesmo da deliberação do TCDF, o processo de nomeação já estava em andamento e resultou na nomeação de 123 servidores.

Decisão n.º 5860/2018: a defendente esclarece que a decisão em foco deve ter sido protocolada no PROCON/DF durante o recesso de final de ano do órgão e que, como fora exonerada do cargo de direção no dia 1.1.2019, dela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1179
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

não tomou conhecimento. Ademais, ainda que tivesse tomado conhecimento da decisão, não haveria tempo hábil para tomar as devidas providências.

34. A defendente alega que, antes mesmo de receber a primeira deliberação do TCDF, já havia aberto processo visando à nomeação de aprovados no concurso, no intuito de equalizar o quadro caótico de pessoal por que passava o PROCON/DF. Durante sua gestão, 123 candidatos teriam sido nomeados, embora boa parte deles tenha optado por não entrar em exercício. Segundo ela, para que novos chamamentos pudessem ser feitos, era necessário, antes, tornar sem efeito aquelas nomeações, fato que tornou o processo moroso. Ademais, ela teria sido exonerada nesta fase, o que a impediu de terminar todo o processo e proceder a novas nomeações.

35. Entre a documentação aos autos acostada pela defendente (fls. 1030/1147), podemos citar a Solicitação de Autuação do Processo n.º 0015-000129/2017 com vistas à nomeação de concursados, Termos de Opção de Final de Fila e Termos de Renúncia de Direitos de diversos candidatos, atos de nomeação, entre outros. Consta, ainda, das fls. 1114/1115, a Recomendação n.º 02/2016, originária da Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência-PROPED-MPDFT e endereçada à então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, para que: *sempre que a administração tornar sem efeito a nomeação de candidato com deficiência, a nova nomeação para a mesma vaga será, necessariamente, de outro candidato aprovado com deficiência, observada a ordem de classificação da lista especial, salvo se esta restar esgotada ou se a nomeação foi tornada sem efeito exclusivamente para adequação aos parâmetros da Lei Distrital n.º 4.949/2012.*

36. Ao final, a então dirigente requer que a Corte reconsidere a “acusação” a ela imposta de ter causado prejuízo aos interessados e ao DF, ressaltando que foi durante a sua gestão que houve a nomeação de mais de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1180
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

uma centena de aprovados no concurso, fato que teria trazido agilidade e profissionalismo ao órgão.

37. Passando à análise da defesa da então dirigente do PROCON/DF, temos que, em que pese a ausência de resposta formal ao TCDF, providências foram por ela adotadas para nomeação dos aprovados no certame de 2011.

38. Conforme visto, o número de nomeações solicitado não foi atendido pelas instâncias superiores, diante da crítica situação orçamentário-financeira por que passava o DF, que também esbarrava no limite prudencial imposto pela LRF.

39. Por outro lado, a teor do quanto demonstrado pela defendente, não lhe foi possível cumprir a diligência determinada pela Decisão n.º 5860/2018 em razão da troca de comando do PROCON/DF no início do corrente ano.

40. Sendo assim, entendemos que o Tribunal possa deliberar pela procedência das razões de justificativa apresentadas pela então Diretora-Geral do PROCON/DF, Ivoneide Souza Machado Andrade Oliveira.

Dos expedientes de fls. 958,959, 977/979 e 980/987

41. As demandas inseridas nos expedientes de fls. 958, 959, 977/979 e 980/987 são semelhantes, originárias de cidadãos interessados e aprovados no concurso público do PROCON/DF, que, em suma, questionam o não cumprimento das Decisões do TCDF por parte da autarquia e requerem a suspensão do prazo de validade do certame até que a jurisdicionada atenda às deliberações plenárias de nomeação dos concursados em substituição aos servidores comissionados que estariam em desvio de função.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1181
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

42. A demanda inserta na fl. 959 aponta a existência de duas vagas não ocupadas relativas ao cargo de Analista de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Arquivologia. A autora destaca que a SEPF/DF estaria autorizando nomeações somente para cargos até então não providos, desconsiderando a vacância deixada pela servidora aprovada em primeiro lugar e exonerada em 25.6.2015. Em resposta ao pedido de informação protocolado pela autora no PROCON/DF, a autarquia destacou ter requerido várias nomeações, mas recebeu autorização para provimentos somente em substituição às nomeações tornadas sem efeito.

43. Importa lembrar que o Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON disponibilizou 2 vagas para o cargo de Analista de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Arquivologia. Na tabela intitulada “Quantitativo de Nomeações”, disponibilizada pela SEFP/DF à fl. 1022, consta que 6 candidatos foram nomeados para a especialidade em comento.

44. Dessa forma, o fato de haver vagas disponíveis para determinado cargo não obriga a Administração a prover mais vagas além daquelas previstas no edital normativo do certame, vez que no caso não houve preterição de candidatos, de forma que não procede o pleito de fl. 959.

45. O requerimento visto às fls. 980/987, intitulado pelo seu autor como Denúncia com Pedido de Cautelar, visou também à suspensão do prazo de validade do concurso público do PROCON/DF, sob pena de a Decisão n.º 1467/2019 se tornar inócua.

46. O postulante destacou que a Decisão n.º 1467/2019 determinou a substituição dos 21 servidores comissionados que ocupavam irregularmente os cargos destinados ao pessoal efetivo, tendo sido conhecida pelo PROCON/DF em 7.5.2019, 30 dias antes de encerrar o prazo de validade do certame em voga. Daí o motivo de ter pedido medida cautelar de urgência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1182
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

47. Os questionamentos que permeiam os autos, ora em comento, já foram pincelados em pretéritas discussões no feito, em especial nos votos que conduziram o Tribunal a proferir a Decisão n.º 1926/2019, tomada por maioria de votos, ocasião em que a Corte analisou o pedido cautelar referido no parágrafo precedente.

48. O Relator do feito, Conselheiro Manoel de Andrade, ressaltou que seu anterior posicionamento favorável à suspensão do prazo de validade do certame aberto pelo Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON veio a ser albergado pela Lei DF n.º 6.228/2018, que alterou o art. 68 da Lei DF n.º 4.949/2012, a saber: *Quando a Administração Pública, por expressa disposição legal, fica impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado, o prazo de validade estabelecido no edital do certame é automaticamente suspenso, voltando a correr, após cessada a causa de suspensão, por tempo igual ao que faltava para sua complementação* (fls. 994/1000).

49. Entretanto, o nobre Relator destacou que a Lei DF n.º 6.228/2018 havia sido objeto da ADI 2018.00.2.009168-6, cuja eficácia encontrava-se suspensa após a concessão, pelo TJDF, de medida cautelar.

50. Em sua Declaração de Voto, o Conselheiro Renato Rainha ponderou que, em sede de Apelação, o TJDF decidiu que compete à Administração Pública exercer o juízo de conveniência e oportunidade no tocante à suspensão do prazo de validade de concurso público, de forma que *nem a Administração Pública, nem o **Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF** no exercício de suas funções institucionais, estão impedidos de determinar a suspensão do prazo de validade de concurso público. A única exigência é que tal medida extrema seja justificadamente necessária para resguardar o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública* (fls. 1001/1006).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1183
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

51. O Conselheiro Márcio Michel, em sua Declaração de Voto, divergindo do posicionamento do Relator, entendeu que o Tribunal, apesar da decisão judicial mencionada, não deveria se eximir de determinar ao PROCON/DF o pleno cumprimento da Decisão n.º 1467/2019, pois, caso contrário, revelar-se-ia inócua (fls. 1007/1010).

52. Na sequência, conforme visto alhures, o Tribunal deliberou por indeferir a cautelar pleiteada nos autos e determinar a audiência dos responsáveis pelo reiterado descumprimento de decisões plenárias.

53. A nosso ver, o certame encontra-se encerrado, não mais sendo possível nova suspensão de seu prazo de validade e muito menos a nomeação de candidatos nele aprovados, salvo a situação que será adiante detalhada, a partir do parágrafo 56. Ainda que em juízo de cognição sumária, foi nesta mesma linha o entendimento do TCDF ao indeferir a cautelar requerida para suspender o prazo de validade do certame.

54. Conforme já comentamos anteriormente, a solução da problemática do quadro de pessoal do PROCON/DF passa pela abertura de novo concurso público, com a urgência que o caso requer, inclusive pelo fato de a autarquia ter manifestado interesse na seleção em face da necessidade de prover outros cargos e especialidades, além daqueles previstos no Edital n.º 01/2011-SEAP/PROCON.

55. Sendo assim, somos por que o Tribunal indefira os requerimentos apresentados às fls. 958, 959, 977/979 e 980/987, por insubsistência própria de suas razões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1184
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

**Do requerimento apresentado pelo candidato com
deficiência às fls. 1148/1164**

56. Adão Custódio Torres relata que se inscreveu no certame em foco para concorrer a uma das 10 vagas disponibilizadas em edital para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Técnico de Contabilidade, na condição de pessoa com deficiência. Ele teria sido aprovado na segunda colocação dentre os candidatos cotistas, o PROCON/DF já havia elaborado a minuta do ato de sua nomeação, mas a dirigente da autarquia teria solicitado a “desconsideração do pedido que tratava da nomeação de candidatos em substituição as que seriam tornadas sem efeito” (fls. 1149 e 1153).

57. Em resumo, o candidato requer ao Tribunal que inste o PROCON/DF a se manifestar acerca do seu pleito, determinando ao órgão que lhe reserve uma vaga, na cota destinada às pessoas com deficiência, ou que efetive sua nomeação para o cargo no qual logrou aprovação em concurso.

58. Passemos à análise do pleito.

59. O Edital n.º 01/2011 disponibilizou 10 vagas para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor – Especialidade Técnico de Contabilidade, reservando 20% delas às pessoas com deficiência.

60. Em consulta à página eletrônica do IADES, entidade contratada para realização do concurso público do PROCON/DF, verificamos que o resultado final da prova objetiva para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor – Especialidade Técnico de Contabilidade foi publicado no DODF de 21.12.2011, data de homologação do certame, e contou com quatro candidatos aprovados na condição de portadores de deficiência: 1º Fernando Damascena de Oliveira; 2º Adão Custódio Torres; 3º Marcia Cristina dos Santos Gomes; 4º Sergio Alexandre Martins.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1185
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

61. Como o *site* da antiga SEPLAG/DF encontra-se desatualizado³, entramos em contato com o Núcleo de Gestão de Pessoas do PROCON/DF e fomos informados de que 15 Técnicos de Contabilidade haviam sido nomeados dentro do prazo de validade do certame, dos quais apenas uma pessoa com deficiência (vide tabela encaminhada pela autarquia, que inserimos às fls. 1165/1166).

62. À época do certame, vigorava no DF a Lei local n.º 160/1991, que assegurava a reserva de vinte por cento das vagas de concursos públicos às pessoas com deficiência, regra que constou do edital normativo do certame para o PROCON/DF, no subitem 3.1⁴. Atualmente, a Lei n.º 4.949/2012 regulamenta segundo a mesma sistemática, a teor do § 5º do art. 8º.

63. Nesse ponto, o requerente Adão Custódio Torres tem razão ao alegar preterição, por candidato da ampla concorrência, no chamamento para sua nomeação. Considerando a efetiva nomeação do 10º colocado aprovado para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Técnico de Contabilidade, temos que a classificação do candidato – segunda colocação na lista dos candidatos com deficiência – restou inobservada pela Administração.

64. Apenas a título de informação, consta da tabela enviada pelo PROCON/DF que 15 candidatos foram nomeados para o cargo e especialidade em referência. No entanto, a 13ª colocada foi aprovada na condição *sub judice*, cuja nomeação ainda pende de confirmação de mérito pela Justiça local.

³ <http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Todas-as-nomea%C3%A7%C3%B5esT%C3%A9cnicos.pdf>

⁴ 3.1 Do total de vagas destinadas **de cada especialidade**, 20% (vinte por cento) serão providas na forma da Lei no 160, de 2 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 3 de setembro de 1991 e regulamentada pelo Decreto no 13.897, de 14 de abril de 1992, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 15 de abril de 1992. (grifos nossos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1186
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

65. A teor da Súmula 15 do Supremo Tribunal Federal, *Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.*

66. Oportuno trazer à baila decisão proferida pelo Excelso Pretório nos autos do RE 837.311-PI, quando assim se posicionou:

(...)

A tese objetiva assentada em sede desta repercussão geral é a de que o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, **a discricionariedade da Administração quanto à convocação de aprovados em concurso público fica reduzida ao patamar zero (*Ermessensreduzierung auf Null*), fazendo exsurgir o direito subjetivo à nomeação, *verbi gratia*, nas seguintes hipóteses excepcionais:**

I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital (RE 598.099);

II – **Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação (Súmula 15 do STF);**

III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima. (grifos não constam do original)

67. *In casu*, pode-se considerar que o requerente restou aprovado dentro do número de vagas fixado no edital normativo para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Técnico de Contabilidade: dez vagas. Seu direito à nomeação surgiu no momento do provimento, por candidato da ampla concorrência, da décima vaga, que deveria ter-lhe sido destinada, eis que ostentou a segunda colocação no concurso, na condição de pessoa com deficiência.

68. A toda evidência, restaram descumpridos a letra da lei e os termos do edital, inobservada, ainda, a jurisprudência pátria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1187
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

69. Urge que o PROCON/DF, em conjunto com a Secretaria de Economia do DF, que sucedeu a Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, procedam à imediata nomeação do candidato, eis que restou inequivocamente comprovada sua preterição no provimento do cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Técnico de Contabilidade, não tendo sido observada a ordem de classificação, nos termos inclusive do que dispõe o art. 14, § 2º, da LC nº 840/2011, no sentido de que o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital normativo do concurso tem direito subjetivo à nomeação.

70. Certos de termos abordado as questões afetas à atual fase processual, é nesse sentido que fixamos nosso entendimento.

Ante o exposto, sugerimos:

I – tomar conhecimento:

- a)** do expediente apresentado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com a anexa manifestação da então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (fls. 1021/1023);
- b)** das razões de justificativa carreadas ao feito pela então titular do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal-PROCON/DF (fls. 1024/1147), considerando-as procedentes, notadamente por terem sido adotadas medidas efetivas para nomeação de candidatos aprovados no concurso público inaugurado pelo Edital n.º 1/2011-SEAP/PROCON, com vistas à substituição dos servidores comissionados que se encontravam desviados de função;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1188
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

c) do requerimento de fls. 1148/1164;

d) do documento de fls. 1165/1166;

II – considerar, no mérito, improcedentes as reclamações de fls. 958, 959, 977/979 e 980/987, por improcedência própria de suas razões, em especial pela impossibilidade de nova suspensão do prazo de validade do concurso público aberto pelo Edital n.º 1/2011-SEAP/PROCON;

III – considerar, no mérito, procedente o requerimento de fls. 1148/1164 para determinar ao PROCON/DF, em conjunto com a Secretaria de Economia do DF, que procedam à imediata nomeação de Adão Custódio Torres, aprovado na segunda colocação da listagem de pessoas com deficiência para o cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, especialidade Técnico de Contabilidade, decorrente do concurso público a que se refere o Edital n.º 1/2011-SEAP/PROCON, eis que restou comprovada nos autos a preterição de sua nomeação, que deveria ter ocorrido no momento da nomeação do 10º colocado para o mesmo cargo e especialidade, de acordo com o disposto na Lei DF n.º 160/1991, à época em vigor, no subitem 3.1 do Edital n.º 1/2011-SEAP/PROCON, bem como no art. 14, § 2º, da LC nº 840/2011, devendo as jurisdicionadas encaminharem a respectiva documentação comprobatória das medidas tomadas no prazo de 60 (sessenta) dias;

IV – determinar ao PROCON/DF que, em conjunto com a Secretaria de Economia do DF, segundo critérios de conveniência e oportunidade e com a urgência que o caso requer, avalie a possibilidade de imediata abertura de concurso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TCDF – SEFIPE – DIADM
Folha nº 1189
Processo nº 9947/2012
Rubrica *MMPT*

público para provimento de cargos efetivos de seu quadro de pessoal, com vistas à substituição dos servidores comissionados remanescentes, ocupantes do cargo de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, cujas atribuições não são de direção, chefia ou assessoramento (21 cargos, segundo a última informação inserida nos autos);

V – autorizar a inclusão do presente processo em roteiro de futura auditoria a ser realizada pela SEFIPE no PROCON/DF, para fins de verificação do efetivo cumprimento da medida sugerida no item precedente, no que se refere à substituição dos servidores comissionados desviados de função por servidores efetivos;

VI – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida aos signatários dos documentos de fls. 958, 959, 977/979, 980/987, 1148/1164, bem como ao PROCON/DF e a Secretaria de Economia do Distrito Federal;

VII – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 25 de outubro de 2019.

Márcia de Melo Pereira Tiscoski

Auditora de Controle Externo
Mat. n.º 860-5